



EletoRevista

Revista Científica e Tecnológica

Institutional Business Consultoria Internacional

Financiamento da Copa do Mundo de 2014 em 12 cidades sede.

Professor Istvan Kasznar – PhD

Este artigo foi redigido como contribuição parcial voluntária a pesquisa intitulada DIESPORTE, não se constituindo em solicitação original expressa.

Todas as ponderações e análises são de responsabilidade exclusiva do autor, não refletindo necessariamente a opinião, pensamento ou posição de organização a que esteja vinculado.

1 - Introdução

O presente estudo visa atender a uma questão contábil e financeira, que emerge quando se analisam os dados da Copa do Mundo 2014 no Brasil: de fato, tudo e todos os valores que se incluíram como vinculados diretamente à Copa de futebol, verdadeiramente o são e como tal devem ser considerados?

Existe certa polêmica a respeito desse assunto. Ele está longe de ser resolvido, analisado apropriadamente e concluído, para talvez possuir um caminho com uma única solução, aceito pelo público em geral, pelas autoridades públicas, pelos acadêmicos e pesquisadores e pelos órgãos contábeis e de auditorias, entre outros.

Segundo numerosos analistas, dados contábeis que não possuem relação com o esporte e com a Copa para a sua execução como evento, salvo para curto prazo de tempo, foram incluídas sob a responsabilidade desta. Isto é, se teriam inflado dados e números, para mostrar serviço e demonstrar o quão ativo foi o governo, o que sobre contabiliza tanto as Finanças do esporte, quanto o aporte efetivo que a Copa terá tido para as 12 cidades-sede.

A questão não é puramente de metodologia, de definições e de acertos técnicos, para mensurar-se o valor que a Copa gerou para as cidades sede, o esporte e o país. Há uma

componente política. Os governantes querem mostrar que gastaram muito e bem, fazendo investimentos públicos no esporte. Seria uma forma de justificar porque um evento caríssimo foi realizado num dos países que possui uma das cinco piores desigualdades sociais no hemisfério ocidental.

Ademais, estes gastos se realizam em níveis federal (da União), dos estados e dos municípios. Como para o esporte as regras contábeis remanescem pouco claras e são difusas, está dado o terreno para que se criem graves problemas de controle e aprovação de contas e investimentos públicos. Uma aura de suspeita sobre o que é um legado verdadeiramente esportivo e o como ele foi financiado pairará sobre a Copa do Mundo 2014 no Brasil.

Isto vincula este estudo a outro, intitulado **Legado da Copa do Mundo: cálculos e valores a considerar**. Vide em Textos Quentes, número XXX.

A seguir, apresentam-se de forma direta e sintética várias formas de se interpretar o assunto e de se chegar a uma resposta sobre o quão sobre dimensionado poderá ter sido este assunto.

2 - Antecedentes

A Copa do Mundo promovida pela *Federation Internationale de Football Association*, ou Copa FIFA, trouxe consigo uma miríade de exigências práticas de investimentos, gastos e despesas, a serem feitas pelo setor público e pelo empresariado ou setor privado no Brasil.

Por conta dessas demandas numerosas, cunhou-se a expressão padrão – FIFA. Esta seria uma exigência com padrão de alta qualidade.

Numerosas contas e rubricas foram associadas ao setor público, que as apresentou à comunidade brasileira como sendo investimentos e legados públicos oriundos da necessidade de acomodar atletas, turistas, torcedores e com isso exigindo-se das cidades uma infraestrutura adicional, através do esporte e para ele.

Mas definir o que é para um evento que mal dura dois meses, ante o que são investimentos que toda uma população utilizará e usufruirá espera-se por décadas, é uma tarefa difícil.

Subitamente, o futebol, principal esporte nacional, identificado como valor cultural e esportivo do Brasil, passou a receber um aporte de capitais bilionário e se5r alvo de inúmeros questionamentos.

Entre eles, o quanto se investiu mesmo em esporte? E quanto é para infraestrutura esportiva? E ruas, avenidas, praças, canalizações de água, porque pedidas pelo padrão FIFA são mesmo um legado do esporte?

Mas seria somente o esporte? Não haveria mais, em telecomunicações, segurança pública e afins?

Não haveria certa distorção na concepção da contabilização dos haveres financeiros sobre o assunto?

O esporte, por ser tão múltiplo versátil e plural, se correlaciona a saúde, a educação, a treinamento de pessoal, a cultura, a socialização e muito mais.

Logo, pode haver uma tendência de lhe ser imputado todo tipo de investimento. E isto precisa ser melhor entendido, estudado e disseminado.

Caso contrário, tal como recentemente sucedeu, entende-se que o esporte recebe recursos em demasia, em face de sua relevância sócio educacional e de saúde, entre outros.

Os municípios das cidades-sede, no positivo esforço de mostrarem que estavam comprometidos com a onda de investimentos, teriam então contabilizado recursos não usuais ao esporte, uma vez que uma Copa do Mundo FIFA é um evento raro, que não se repete num país com frequência. No Brasil, que sediou a Copa em 1950, isso significou que demorou 64 anos para que novamente se realizasse um campeonato mundial sediado no país.

Os números das cidades-sede e de seus correspondentes municípios, quase sempre os mesmos, precisam passar, portanto por um crivo analítico e metodológico mais apropriado.

É isto que este estudo se propõe a fazer, nos limites que os dados, as fontes, as metodologias existentes – ainda assaz raras – permitem fazer.

Surgiram como decorrência dúvidas sobre o que seja realmente aporte de recursos financeiros ao esporte e como os municípios contabilizaram esses valores.

Este estudo busca elucidar este assunto e mostrar definições sobre o que se pode considerar ou não aporte típico de recurso ao esporte; o que seria um legado associado a múltiplas políticas públicas necessárias ao país; e de que forma se pode conceber tão grande e positivo esforço de investimento a favor do Brasil e de seus cidadãos.

3 - Metodologia

Originalmente, o estudo proposto a respeito deste assunto considera a posição e informação formal, numérica, contida nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional - STN. Esta informa por município o quanto cada Prefeitura registra e confessa ter dirigido e gasto enquanto recurso financeiro ao esporte em dado ano.

Ademais, os dados são oriundos de outras fontes, como o Tribunal de Contas da União – TCU; o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE – RJ; o Portal do Governo do Estado do Rio de Janeiro; o Portal de Contas das 12 prefeituras municipais; dados do BNDES e da Caixa; entre outros.

Estudou-se para este propósito aos anos de 2010 a 2013, que antecedem a Copa e a preparam.

O ano da Copa é o da sua realização. Mas a maior parte dos gastos terá sido feita antes. A FIFA e os preparadores de uma Copa, que é um megaevento portentoso que movimenta bilhões de dólares e milhões de pessoas, precisam preparar a infraestrutura e suas instalações antes dos jogos acontecerem.

Quando os jogos sucedem, toda a aparelhagem da Copa precisa estar funcionando. E esta engrenagem inclui estádios prontos; transporte amplo e seguro; portos e aeroportos que oferecem serviços ágeis e confortáveis; telecomunicações fáceis e velozes com o mundo; parques e teatros para divertir os torcedores enquanto eles estão nas cidades sede e afins.

A questão metodológica então foi na direção da pergunta: terão as autoridades separado nas contas anuais usuais da STN, dos orçamentos estaduais e municipais, dos planos e das execuções orçamentárias anuais, dos LOA, PLOA e planilhas que atendem a LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal, os valores correntes normais que se destinam ao esporte, sem megaeventos, ou terão inserido tudo numa conta única?

Os dados levantados sugerem uma unificação. Logo, os números saltam de um ano para outro significativamente, uma vez que a meta nos anos 2007 a 2016 foi a de sobretudo financiar projetos que fossem aderentes com o objetivo de dar sustentação à promoção dos megaeventos esportivos.

Foi neste sentido preciso:

- 1) Indagar-se qual é o valor anual “normalmente” aplicado em esporte. Existe um volume de recursos que um Estado ou uma Prefeitura suporta e consegue destinar à atividade, dada a sua arrecadação tributária anual. Todavia, quando aparece a justificativa de um ou mais megaeventos, os gastos orçamentários anuais disparam e a unidade federativa assim como sua capital podem carecer de recursos. Nessas circunstâncias, os governos estaduais e municipais tendem a acorrer ao governo federal, aos bancos, aos fornecedores e aos patrocinadores. Surgem picos de gastos “anormais”. A exclusão destes picos mostra a tendência histórica dos gastos correntes e dos investimentos. A não exclusão pode ser fonte de disparidades, desencontros contábeis e se relaciona a dúvidas de controles sobre gastos públicos;
- 2) Perguntar-se qual é a tendência numérica dos valores, sem megaeventos. Ou seja, o quanto se aplica normalmente em função esporte no setor público;
- 3) Perguntar-se qual é o diferencial acrescentado, uma vez que o valor maior pode ser devido a contas afeitas à Copa;
- 4) Perguntar-se o que, sendo da Copa, ficará para o esporte permanentemente;

- 5) E por fim, indagar-se o que não é atinente à Copa, mas ela se utilizou destes gastos e investimentos, nem que fosse por uns meses ou pelo período dos jogos.

Dividir e identificar estes valores precisaria de uma definição técnica do que pertence ao esporte e o que não. Essa definição inexiste.

Isto torna o assunto delicado e as respostas se asseveram parciais.

Levantaram-se os dados do STN mediante o seguinte link, que consta na nuvem do DIESPORTE, para acesso de 48 tabulações, para quatro anos por cidade-sede, oriundos das 12 cidades-sede, 4 anos por cidade: <HTTPS://mega.co.nz/#f!f9hqzra!rq2xrqzw0qz8tpmaz6teq>.

Acerca das perguntas anteriores, podem ser tecidos os seguintes comentários.

Sobre a questão 1): não há necessariamente “normalidade”. Cada político público, cada dirigente, cada partido político no poder pode modificar o que entende ser ou não prioritário e logo altera o gasto por função e atividades pública. Um governo pode gastar mais do que outro em esporte, porque considera o assunto mais relevante.

Sobre a pergunta 2): a tendência não é evidente para um período curto de 4 anos, quanto mais acontecendo inflação, que distorce o valor real dos dados. Seria de se esperar que municípios populosos e ricos tivessem uma ascensão nos financiamentos previstos, uma vez que a população demanda e precisaria dispor de cada vez mais esporte.

Sobre a pergunta 3); a solução seria calcular um diferencial dado pela distância entre o valor gasto em dado ano e o valor básico anual, dada uma curva de tendência média anual.

Os quadros a seguir apresentam os valores que foram levantados através da STN.

O quadro 1 mostra por exemplo que Brasília financia o Distrito federal em R\$ 55,3 milhões no ano de 2010. Contudo, nos anos seguintes esse valor disparou para R\$ 316,3 milhões em 2011 – sem correlação com o ano anterior; R\$ 449,8 no ano 2012, mais uma vez uma “explosão positiva de gastos”, que parece não ser comportada pelo orçamento distrital, isto é, o recurso deve ter vindo de outra fonte, de outro provedor; e R\$ 378,1 milhões em 2013.

Os valores de Brasília por três anos antes da Copa sugerem ser dos preparativos para o grande evento da FIFA. Estariam balizados e lastreados em recursos federais e em parte distritais. E não são “para ficar”. Ou seja, uma vez finda a Copa, esses altos montantes do triênio 2011 – 2013 provavelmente não se repetirão.

Isto se verifica em outras cidades-sede, o que merece consideração.

Quadro 1

As 12 cidades - sede da Copa FIFA de Futebol e os gastos em Esporte declarados por suas secretarias de esporte no período 2010 / 2013

Em R\$ milhões

N	Número	Município	Cidade - Sede	2010	2011	2012	2013
1	37	Manaus	Manaus	16,8	26,0	14,9	0,7
2	125	Salvador	Salvador	3,5	0,5	0,5	3,7
3		Fortaleza	Fortaleza	47,5	35,1	12,2	14,6
4	212	Brasília	Brasília	55,3	316,3	449,8	378,1
5	341	Belo Horizonte	Belo Horizonte	20,3	26,6	22,6	60,2
6	472	Cuiabá	Cuiabá	0,9	6,5	7,7	8,8
7	625	Recife	Recife	3,1	5,5	6,3	34,2
8	673	Curitiba	Curitiba	19,2	37,4	23,2	38,3
9	755	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	32,8	31,6	37,8	178,0
10	781	Natal	Natal	7,8	8,5	9,3	15,5
11	846	Porto Alegre	Porto Alegre	13,7	13,7	14,7	19,6
12	1112	São Paulo	São Paulo	261,3	293,5	269,7	404,8
			Total	482,1	801,2	868,7	1.156,6

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

Levantamento: NECE - Núcleo de Estudos das Contas do Esporte da Fundação Getúlio Vargas

Quadro 2

As 12 cidades - sede da Copa FIFA de Futebol e os gastos em Esporte declarados por suas secretarias de esporte no período 2010 / 2013

Taxas de variação anual em %

N	Número	Município	Cidade - Sede	2011	2012	2013
1	37	Manaus	Manaus	54,77	-42,82	-95,30
2	125	Salvador	Salvador	-86,96	6,80	652,57
3		Fortaleza	Fortaleza	-26,22	-65,13	19,39
4	212	Brasília	Brasília	472,32	42,21	-15,94
5	341	Belo Horizonte	Belo Horizonte	30,92	-14,94	166,48
6	472	Cuiabá	Cuiabá	630,95	17,87	14,71
7	625	Recife	Recife	77,37	15,10	441,25
8	673	Curitiba	Curitiba	95,45	-38,00	65,02
9	755	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	-3,43	19,46	370,94
10	781	Natal	Natal	8,14	9,20	67,78
11	846	Porto Alegre	Porto Alegre	0,00	7,71	32,98
12	1112	São Paulo	São Paulo	12,34	-8,13	50,14
			Total	66,19	8,42	33,15

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

Levantamento: NECE - Núcleo de Estudos das Contas do Esporte da Fundação Getúlio Vargas

Quadro 3**As 12 cidades - sede da Copa FIFA de Futebol e os gastos em Esporte declarados por suas secretarias de esporte no período 2010 / 2013**

Taxas de participação sobre o total das 12 cidades sede em anual em %

N	Número	Município	Cidade - Sede	2010	2011	2012	2013
1	37	Manaus	Manaus	3,49	3,25	1,71	0,06
2	125	Salvador	Salvador	0,73	0,06	0,06	0,32
3		Fortaleza	Fortaleza	9,86	4,38	1,41	1,26
4	212	Brasília	Brasília	11,46	39,48	51,78	32,69
5	341	Belo Horizonte	Belo Horizonte	4,21	3,32	2,60	5,21
6	472	Cuiabá	Cuiabá	0,19	0,82	0,89	0,76
7	625	Recife	Recife	0,64	0,69	0,73	2,96
8	673	Curitiba	Curitiba	3,97	4,67	2,67	3,31
9	755	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	6,80	3,95	4,35	15,39
10	781	Natal	Natal	1,63	1,06	1,07	1,34
11	846	Porto Alegre	Porto Alegre	2,83	1,71	1,69	1,69
12	1112	São Paulo	São Paulo	54,20	36,64	31,04	35,00
			Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

Levantamento: NECE - Núcleo de Estudos das Contas do Esporte da Fundação Getúlio Vargas

Observação: no caso de Brasília, os valores e as taxas de participação não apresentaram nenhum registro encontrado. Os valores existem, mas não foram disponibilizados via STN.

Evidentemente, com a inclusão dos citados gastos, os valores das 12 cidades sede mudariam e o mesmo aconteceria com as taxas de variação e de participação percentual (%).

Quadro 4**Estatísticas básicas: média; desvio padrão; variância e coeficiente de correlação em relação ao total****As 12 cidades - sede da Copa FIFA de Futebol e os gastos em Esporte declarados por suas secretarias de esporte no período 2010 / 2013**

N	Número	Município	Cidade - Sede	Média	Desv Pad	Variância	R ² s Total
1	37	Manaus	Manaus	14,6	10,5	109,5	-0,6
2	125	Salvador	Salvador	2,0	1,8	3,2	0,0
3		Fortaleza	Fortaleza	27,4	16,9	286,0	-0,9
4	212	Brasília	Brasília	299,9	172,0	29.567,6	0,8
5	341	Belo Horizonte	Belo Horizonte	32,4	18,7	350,2	0,8
6	472	Cuiabá	Cuiabá	6,0	3,5	12,5	0,9
7	625	Recife	Recife	12,3	14,7	215,9	0,8
8	673	Curitiba	Curitiba	29,5	9,8	95,7	0,7
9	755	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	70,1	72,0	5.187,5	0,8
10	781	Natal	Natal	10,3	3,6	12,6	0,9
11	846	Porto Alegre	Porto Alegre	15,4	2,8	8,0	0,8
12	1112	São Paulo	São Paulo	307,3	66,4	4.413,5	0,8
			Total	827,1	276,9	76.676,0	1,0

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

Levantamento: NECE - Núcleo de Estudos das Contas do Esporte da Fundação Getúlio Vargas

Não cabe nesta pesquisa cruzar dados, nem questionar trabalhos meticolosos, que possuem uma metodologia própria e justificada.

Cabe sim a este estudo dirigir a atenção dos pesquisadores à existência do problema de definição sobre o que seja “gasto em esporte durante uma Copa” e “gasto corrente, usual, em esporte”.

Cada fonte independente está habilitada a explicar e elucidar a sua própria metodologia. Cabe aqui fazer o alerta ao problema, ao desafio e sugerir uma ampliação do estudo, para sua melhor e maior compreensão.

Para dirimir estas perguntas e dúvidas, uma direção mais clara pode ser fornecida por documentos recentemente liberados pelo governo federal, através do ministério do esporte. São eles os seguintes e sobre eles serão embasadas as principais considerações. Para maiores pormenores, vide a bibliografia utilizada neste levantamento:

5º Balanço de ações do Governo Brasileiro para a Copa 2014; Cidades – sede; Ministério do Esporte; setembro de 2013.

5º Balanço de ações para a Copa 2014 – 1º ciclo; Cidades – sede: Brasília; Ministério do Esporte; setembro de 2013.

5º Balanço de ações para a Copa 2014 – 1º ciclo; Cidades – sede: Belo Horizonte; Ministério do Esporte; setembro de 2013.

5º Balanço de ações para a Copa 2014 – 1º ciclo; Cidades – sede: São Paulo; Ministério do Esporte; setembro de 2013.

5º Balanço de ações para a Copa 2014 – 1º ciclo; Cidades – sede: Cuiabá; Ministério do Esporte; setembro de 2013.

5º Balanço de ações para a Copa 2014 – 1º ciclo; Cidades – sede: Manaus; Ministério do Esporte; setembro de 2013.

5º Balanço de ações para a Copa 2014 – 1º ciclo; Cidades – sede: Fortaleza; Ministério do Esporte; setembro de 2013.

5º Balanço de ações para a Copa 2014 – 1º ciclo; Cidades – sede: Natal; Ministério do Esporte; setembro de 2013.

5º Balanço de ações para a Copa 2014 – 1º ciclo; Cidades – sede: Recife; Ministério do Esporte; setembro de 2013.

5º Balanço de ações para a Copa 2014 – 1º ciclo; Cidades – sede: Porto Alegre; Ministério do Esporte; setembro de 2013.

4 - Quanto se afirma que se gastou na Copa FIFA do ano 2014

O quadro geral da Copa mostra a seguir os dados contabilizados como inversão financeira na realização da Copa do Mundo FIFA no Brasil no ano de 2014. Os dados foram associados a um total contratado previsto de R\$ 35,1 bilhões, dos quais se previram para uso efetivo R\$ 27 bilhões e até a data do levantamento se haviam executado R\$ 18,47 bilhões.

<p>QUADRO GERAL DA COPA</p> <p>Total Previsto R\$ 27.085.687.350,62</p> <p>Total Contratado R\$ 35.119.023.078,69</p> <p>Total Executado (Pago) R\$ 18.471.940.157,06</p> <p>A CGU na Copa</p>
--

Neste sentido, o site Copa 2014 - Transparência em 1º lugar corresponde a uma iniciativa do Poder Executivo Federal, a qual através da Controladoria-Geral da União, que possui precipuamente o objetivo de facilitar o controle social dos recursos públicos que foram investidos e gastos para os jogos da Copa do Mundo de Futebol em 2014 visa facilitar a prestação de contas à luz dos interesses do grande público, logo, da população.

Este estudo ater-se-á a estes dados, uma vez que a quantidade de informações disseminadas sobre o assunto foi vasta e assaz discrepante.

Entende-se que os dados mais formais, oficiais e de governo são aqueles que são produzidos, revisados e repassados pela Controladoria Geral da União – CGU.

5 – A Matriz de Responsabilidades

A Matriz de Responsabilidades corresponde ao documento que apresenta os valores financeiros a serem investidos na Copa do Mundo de 2014.

Fundamenta-se num levantamento orçamentário, que fornece dados sobre quanto se estima gastar no total; quem gasta quanto a nível federal, estadual e municipal; quanto custará cada obra e projeto e aonde será ela alocada e assuntos afins.

Por meio da Matriz de Responsabilidade, espera-se que se fortaleça a resposta ética e prática, com assunção de respostas profissionais e qualificadas, por parte de todos quantos

fazem parte do processo de geração da Copa do Mundo, sejam fornecedores, clientes e usuários, governos, bancos e membros do sistema financeiro e bancário, auditores e controladores de contas envolvidas com a Copa.

Deste modo, a matriz define o papel dos governos federal, estaduais e municipais, assim como a função e a ação prevista de agentes privados, na liberação de recursos financeiros e na execução das atividades que foram programadas.

Se visa fornecer transparência, clareza, ao detalhar-se e abrir-se a programação que envolve e inclui a feitura de um mega-projeto como a Copa. Tudo o que está previsto e orçado, pode ser realizado. O que não aparece, não está programado, não há de aparecer depois como um extra, uma surpresa. Extras e surpresas custam caro, instabilizam o orçamento, representam indisciplina fiscal potencial e não de ser evitadas.

Pode haver novas resoluções, que aprovam atualizações e uma revisão da matriz de responsabilidades. O ideal é que isto seja minimizado, em particular quando aparecem obras extras, extraordinárias, de última hora, de mobilidade urbana.

O termo mobilidade urbana vem sendo usado para múltiplos propósitos e sua definição não está consolidada.

O que seria de fato e o que se define exatamente como mobilidade urbana?

Segundo diversos autores, mobilidade urbana seria um mix de fenômenos associados à existência ou não de fatores que propiciam e avaliam a capacidade de se mover, transportar, comunicar intra e inter áreas urbanas. Ademais, isto implica em incluir a facilitação de transportes, comunicação e livre circulação de pessoas, bens, serviços e utilidades em aglomerações urbanas. Isto inclui então o investimento em transportes (portos; aeroportos; hidrovias; rodoviárias; rodovias; ferrovias; canais; pontes; viadutos; ruas; praças e complementos afins).

Certamente, durante uma Copa ou evento maior, espera-se que jogadores, torcedores e espectadores por um lado, assim como construtores de estádios e fornecedores da infraestrutura ampla requisitada por uma Copa, tenham mobilidade e facilidade para executar suas funções.

Contudo, uma Copa é um evento de fôlego curto. Pode demorar anos prepará-la, aprontá-la, investir nela para construir e reformar estádios e então efetivá-la. Mas uma Copa dura um mês, na sequência de jogos que lhe estão previstos.

Portanto, o problema, o assunto e o dilema sobre o que fazer para resolver a falta de mobilidade urbana, os estrangulamentos e engarrafamentos de trânsito; a inépcia e a ineficiência pública nos aeroportos, com filas de milhares de indivíduos atolando os pátios; os portos envelhecidos e que dispõem de caros aluguéis para embarques e desembarques e questões afins, é um complexo problema de política pública.

Este problema de mobilidade urbana transcende a política privada e o interesse capitalístico-empresarial privativista de uma Copa.

Portanto, os dois assuntos não hão nem de ser misturados, nem podem ser confundidos.

O setor público precisa resguardar a equidade, a igualdade e a justa produção de bens e serviços públicos para a comunidade. Cabe-lhe pensar em macro-mobilidade urbana e em políticas públicas integradas para todas as urbes de um país. Isto implica em saber produzir legados permanentes, que serão nas áreas citadas usadas pelos cidadãos em regime diversificado e permanente.

A correta mobilidade pública inclui de tudo muito. Ou seja, desde o transporte das crianças diariamente à escola, os trabalhadores circulando por trens e ônibus direto de casa ao trabalho e deste a casa, as ambulâncias transportando doentes aos hospitais, até a entrega diária de alimentos e bens pelos caminhões e as telecomunicações integrando pessoas e empresas em tempo real.

Logo, uma Copa do Mundo não pode ter a pretensão de ser um evento reformador de mobilidade pública nacional.

A Copa e uma Copa podem ajudar a elucidar, apontar para e sugerir necessidades curtas, específicas, por melhores transportes e comunicações para um pequeno grupo de cidades – sede – foram 12 no Brasil em 2014. Mas não lhe cabe nem a função, nem o direito, nem a capacidade de formular e de gerar as verdadeiras necessidades de transformação positiva, construtiva, de mobilidades públicas que dão aos cidadãos os plenos direitos de ir e vir. E a um país inteiro de funcionar, de produzir, de transportar, de entregar e logo, de ser logisticamente, distributivamente e sob foco de circulação, eficiente, eficaz e efetivo.

Uma organização privada tal como a FIFA possui o interesse de aperfeiçoar a curto e por curto prazo a mobilidade urbana, para que seus *stakeholders* sejam facilitados na vivência de uma Copa. Mas ela, a FIFA, não se envolve no caro e elevado gasto envolvido na evolução da mobilidade pública.

A FIFA não aloca recursos financeiros em estradas, pontes, portos e aeroportos, entre outras facilidades infra estruturais que as cidades modernas precisam ter. Ela usufrui o que existe, pede mais para que se sinta competente na liberação dos jogos que promove e sinaliza com um “padrão FIFA” (que se tornou uma denominação bem popular no Brasil) o que acha que deveria ser o melhor para si e “o mundo dos espectadores e torcedores”. De futebol. De um esporte só. De uma modalidade.

Ou seja, a FIFA é uma entidade que leva carona na verba pública. Não paga as contas. Promove, contudo um levantamento amplo para arrogar-se o falso-direito de afirmar o que se deve fazer em país alheio, soberano e que há de possuir suas políticas públicas e macro direções desenvolvimentistas próprias.

Depois que a FIFA “vai embora” e dá por encerrada a sua fase de megaevento, jogos quadrienais, num dado país, ela terá aproveitado a infraestrutura integral disponível e recém

construída no país e por cidade-sede, levando consigo e para si na Suíça os resultados do faturamento com marcas e mídia, transmissão televisiva de jogos. E terá deixado atrás de si uma população mentalmente fixada no “tal de padrão FIFA”, que é contemplado como algo de alta exigência, muita qualificação, muita sofisticação e bem caro.

Logo, da forma que foi vendida a dinâmica de promoção do megaevento Copa do Mundo 2014 no Brasil pela imprensa, por autoridades que querem mostrar a força do Brasil e seu portento econômico, e por todos quantos querem confundir e associar equivocadamente um amplo conjunto de verbas públicas associadas às mais diferentes atividades do setor público, que não são do esporte e não lhe cabe fazer nem financiar, se fortalece a sensação de que se gastou mal e erradamente.

Mais grave ainda, surge a sensação de que as receitas e lucros vão embora com a FIFA, e as contas e despesas correntes e de investimento ficam com os governos federal, estaduais e municipais.

No reino destas contradições e paradoxos, os governos querem mostrar que gastam bastante, bem e para dar satisfação ao seu público, os cidadãos. Logo, num país constrangido por um índice de investimento médio sobre o PIB de 2,2% entre 2003 e 2013 em nível federal (cf. Ministério da Fazenda; STN; FGV – Conjuntura Econômica), quando surge um megaevento ele representa uma tabula da salvação aparente para o gestor público no poder executivo federal, estadual e municipal.

O gestor se apega ao projeto, como que a dizer “vejam, cidadãos, quanto estou fazendo, promovendo, gastando para vosso lazer e esporte”. E então, no mecanismo de propagandear e a de maximizar as suas ações, coloca tudo o que pode no mesmo saco. Isto é, inclui toda a sorte de gasto sob o mesmo rótulo, como o da Copa do Mundo FIFA, sem medir nem as diferenças entre gastos correntes e investimentos, ou investimentos para esporte ante investimentos que são um legado de longo prazo que em muito mais que vinte jogos de futebol se usufruem urbanamente a perder de vista.

A confusão sobre que contas incluir para assegurar que são relacionadas ao esporte está então lançada.

Os políticos acreditam que fazem muito projeto, investimento, gasto em infra estrutura, movimento financeiro que beneficia eventualmente a comunidade e incluem todas as suas ações e gastos na mesma “cesta de investimentos e de aplicações”. A federação publica suas transferências generosas de verbas ao Ministério do Esporte, ao setor privado, aos projetos contidos no PAC, a estados e municípios.

Estados e municípios, por sua vez, ao receberem verbas para um evento excepcional, como o da Copa do Mundo, naturalmente e justificadamente querem também informar e mostrar ao seu público que conseguiram verba, que fizeram mais projetos a favor da mobilidade e do desenvolvimento localizado e que são pró-ativos.

Então, eles também, membros representativos de estados e municípios, aprovam o conceito de expandir a definição do investimento em esporte e lançam sobre este “de tudo”. Incluem

como esporte o investimento em estradas, em ruas, em praças, em viadutos, em esgotos, em iluminação pública, em jardinagem, em quadras polivalentes, em telecomunicações, em turismo, em informação para eventos múltiplos e afins. Logo, maximiza-se a imagem de um investimento maior, às expensas do que é puramente afeito e direcionado ao esporte.

Mas incluir em gasto em esporte um aeroporto, uma estrada, uma estação de rádio e outra de segurança, não faz necessariamente sentido. Se esse gasto é exclusivamente para a prática e o espetáculo esportivo, pode-se aceitar a situação. Contudo, se o uso é parcial, momentâneo e curto, não é esportivo.

Os cidadãos em poucos anos se esquecerão dos eventos ocorridos. As estradas continuarão ali, para gerar mobilidade em transporte urbano, por exemplo. O vínculo com esporte terá desaparecido.

Esta confusão tem suas consequências. E elas são manifestamente caras, seja pela imagem distorcida dos fatos que geram, seja pela reação dos cidadãos, que querem ver suas verbas pública administradas de maneira séria, coerente e mirada no que é essencial, tal como educação, saúde, habitação, segurança e transporte.

Imbuído do nobre, vital e soberano direito e dever de informar, o mundo midiático informa.

De fato, não lhe cabe definir o que é gasto em esporte.

Essa definição se faz noutra foro, acadêmico, científico, universitário, de produtor de informação e gestão pública. Como a definição prévia do que é gasto e investimento puro em esporte não existia antes da Copa, quando ela foi preparada e anunciada, de tudo incorporou-se nela.

Isto é, a Copa permitiu que de tudo entrasse um pouco, para definir “investimento em Esporte”.

As rubricas incorporadas em “esporte” poderiam ou não ser plenamente entendidas como afeitas, relacionadas e geradas integralmente pelo e para o esporte.

E de fato é muito difícil afirmar o que se inclui ou não, numa atividade tão plural, diversificada e rica em suas características e manifestações, quanto o esporte.

Como a imprensa tem o justo dever de informar, ela informou o que os grupos políticos informaram. E estava criada a confusão.

Os dados federais, estaduais e municipais sobre a função esportiva, em suas rubricas emitidas nas contas públicas, mostram isso.

Esta situação leva a situações tecnicamente complexas, corretas na essência, mas submetidas a dúvidas e cobranças pela falta de definições claras a respeito do assunto (o que é realmente gasto e investimento típico em esporte).

Ingressa-se no reino dos paradoxos, das contradições e das ambivalências do esporte.

6 - Efeitos da indefinição do que sejam gastos correntes e investimentos regulares, constantes, anuais em esporte.

É preciso entender e enfrentar o fato de que o esporte é plural em seus efeitos, logo as suas características múltiplas o inserem tanto num espaço, como noutros, de acordo com o elemento holístico que lhe é peculiar.

O esporte é educação do corpo, logo pode ser inserido numa função educação.

A prática do esporte é uma forma de lazer, de passatempo, logo, inclui-se na função lazer.

Os praticantes de esporte adquirem mais vigor e saúde, tornam-se mais forte e são menos afeitos a doenças. Portanto, ele faz também parte da função saúde.

O esporte coletivo e em grupo, ou sua visão por espectadores e torcedores, gera bem-estar social, bem-estar comunitário, aproxima pessoas, reduz a ociosidade, ocupa o tempo aproximando pacificamente gente. Logo, ele integra as funções comunitárias e de integração social.

Para praticá-lo, o esporte usa diversas localidades e necessita de apoios diversos. Logo, para chegar à academia precisa-se de transporte. Para fazer parte de um time é necessário avisar, falar uma linguagem igual ou parecida vestir-se com o mesmo uniforme. Isto significa que o esporte se alimenta de bens e serviços da indústria, das comunicações, e afins.

Por estas características, pode-se argumentar que existe uma propensão positiva para que o esporte absorva e majore as suas próprias contas.

Sem uma definição clara, então, do que seja esporte e do que deva ser classificado com rubricas contábeis específicas como gasto corrente tipicamente esportivo e investimento puro em esporte, a tendência de certos políticos pode ser a de “tudo lançar em esporte, porque tudo comporta”.

Entre as situações complexas que foram levantadas, fazem parte as seguintes:

- a) Confunde-se a história recente de evolução de contas públicas do esporte, puramente miradas em gastos correntes e investimentos regulares, constantes, anuais em esporte, com contas temporárias, afeitas ao megaevento Copa do Mundo 2014 FIFA;

- b) Inflam-se, sobre contabilizam-se, em nível federal, estadual e municipal, potencialmente, os valores destinados ao esporte;
- c) Sobre avalia-se o montante dos recursos destinados ao esporte e a verdadeira participação deste enquanto setor; na economia; em relação ao Produto Interno Bruto – PIB; em relação a outros setores, tais como os de saúde e educação; e fins;
- d) As contas da federação, estaduais e municipais, divulgadas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN estão tecnicamente adequadas. A sua metodologia existe, é correta, vem sendo aplicada com regularidade e tem servido por longos anos para registrar valores afeitos ao esporte. Todavia, quando excepcionalmente recebem elas o aporte de recursos para fazer a Copa 2014, entre 2008 e 2014, subitamente essas contam sobem, disparam para o alto e não atendem a sua evolução normal, histórica, esperada sem a Copa;
- e) Uma vez que, dado o item d anterior, as contas estaduais e municipais incluem potencialmente projetos de mobilidade urbana, que não são tipicamente do esporte, mas que serviram à Copa, para a sua realização, surge uma contradição e um potencial equívoco, provocador de constrangimentos, imprecisões e grandes desconfortos. Parece que as verbas públicas nos anos de 2008 a 2014 foram então priorizar e destacar o esporte como ação e projeto prioritário nacional, em detrimento e prejuízo de funções típicas de Estado, de provimento de governo, tais como as de suprimento de educação, saúde, segurança, habitação e transporte; e...
- f) Haja vista a combinação dos itens a até e anteriores, o esporte torna-se um saco de pancadas e alvo predileto dos críticos eternos e de plantão, sobre o como se faz a acomodação e distribuição de verbas públicas no país. O DIESPORTE em sua função Financiamento demonstrou e comprovou que as verbas públicas federais, estaduais e municipais mal chegam a 0,6% do PIB entre 2010 e 2013. O recurso é mínimo, ínfimo, face às verdadeiras necessidades do esporte e para a sua verdadeira democratização e universalização. Mas ao divulgar-se que nele se investiram para a Copa 2014 R\$ 27 bilhões, que resultarão em fictícios R\$ 124 bilhões pelo seu efeito multiplicador em cinco anos, parece justificadamente à população que o esporte foi priorizado e as demais funções de produção setorial pública de governo foram eliminadas ou minimizadas.

7 - Efeitos e consequências sobre as contas das cidades-sede

Do ponto de vista dos efeitos da inclusão de gastos e investimentos que não são tipicamente do esporte, nas contas do esporte, sobre as cidades-sede, a análise merece ser tecida cuidadosamente.

As cidades-sede foram contempladas e eleitas para receber torcidas, equipes e turistas do esporte por um curto período de tempo de um mês, no máximo.

Para as cidades-sede o fato de ter sido eleita é positivo e digno de júbilo. Verbas chegarão e de fato chegaram para projetar, estruturar, montar, construir, manter estádios e uma periferia de outras infraestruturas e equipamentos.

Contudo, qual foi o impacto sobre as contas de estados e municípios, em especial estes, nos quais estão localizadas as cidades-sede, a partir dos dados coletados no site da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, que inclui ano a ano e município a município as rubricas da função – Esporte, na rubrica Secretarias do Esporte ou do Desporto e mais as suas sub-funções, quando existentes?

Sugere-se ver em anexo os quadros orçamentários dos 12 municípios, onde estão as 12 cidades-sede, provenientes da STN.

Especificamente, veja-se a conta da Secretaria do esporte, ou do Desporto.

Por uma questão de coerência estatística e numérica para com os quadros anteriores apresentados, observe-se que se disponibilizam no anexo 48 quadros. Isto é, para cada cidade se apõem os dados dos anos 2010, 2011, 2012 e 2013. Quatro anos sequenciados por doze sedes resulta em 48 (quarenta e oito) quadros.

O estudo de impacto pode ser aferido pelos dados dos quadros da STN e também pelos cálculos realizados anteriormente, apresentados nos quadros 2, 3 e 4. O quadro 1 reproduz aquilo que existe nos quadros orçamentários anuais da STN. Ou seja, são os dados primários, brutos os que estão no quadro 1.

Então surgem as seguintes percepções analíticas, estatísticas e econométricas:

- a) Os valores financeiros das cidades-sede nas contas municipais aumentam sensivelmente, quando recursos para a Copa 2014 lhes são destinados;
- b) Antes da Copa, para certos anos, os valores da função – Esporte municipal parecem ser similares, como se repetissem ou crescessem dada a inflação e uma taxa combinada de crescimento (ou decréscimo) econômico. Após a inclusão de verbas para a Copa, acontecem saltos espetaculares, que não são típicos nem normais, provavelmente ligados aos dispêndios e investimentos com a promoção da Copa FIFA 2014;
- c) O aumento dos valores por ser súbito e temporário, não se repetirá. Por ser único, para um megaevento, não representa a continuidade dos recursos num alto patamar. As verbas a futuro cairão em todos os municípios. Primeiro nos onze que não terão as Olimpíadas de 2016, depois e a seguir também no Rio de Janeiro, cidade-sede da Rio 2016;
- d) A elevação dos recursos na rubrica esporte pode estar incluindo itens que não são típicos de esporte, mas sim de tudo, das mais variadas espécies, como verbas para transportes, comunicações, segurança, marketing, turismo e assim por diante;
- e) Sobre a média ou o valor médio histórico, acresceu-se um valor significativo. Frequentemente, este valor marginal é muitas vezes maior que o valor e orçamento básico, original. Logo, o valor na margem interrompe uma progressão às vezes mais estável, por município;
- f) Quando os fluxos de recursos previstos para a Copa 2014 pararem de chegar às cidades-sede e quando outros recursos também secarem para a Rio – 2016 Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, as verbas terão montantes diferentes, provavelmente

mais modestos. Então, a inclusão de valores não tipicamente do esporte pode distorcer duplamente a série estatística.

Em face da possibilidade de distorção estatística aludida no item f, anterior, este estudo se propôs a verificar em caráter preliminar, sujeito a modificações na medida em que mais e melhores dados detalhados puderem aparecer, por fontes, o quanto de fato seria recurso municipal e por cidade-sede destinado à função produção usual, corriqueira, anual do esporte sem megaeventos, e quanto seria o diferencial, registrado como do esporte mas Possivelmente afeito a mobilidade urbana, legados de longo prazo de outras políticas e funções públicas e similares.

Enfatize-se que as contas e a metodologia utilizadas pela fonte primária são entendidas como corretas, bem justificadas e balizadas. Não se contesta nem se opõe a forma metodológica dos cálculos, uma vez que eles seguem um padrão claro, histórico, anual, bem repetitivo.

O que, contudo pode causar eventual preocupação é como os dados subiram tanto, em tão pouco tempo; se existe ou não potencial dupla contagem ou tripla contagem, uma vez que recursos federais passam para estados e municípios e dos estados podem passar a municípios; e a forma como os municípios identificaram os projetos – seriam eles mesmo esportivos?

8 - Financiamentos por Cidade-sede

Confira-se a seguir no quadro 5 um conjunto de informações agrupadas por cidade-sede, contendo os valores dos financiamentos que o Governo Federal alocou à disposição das cidades para a elaboração, montagem e realização de projetos e ações de melhorias. Da mesma forma, se verifica o como os recursos a serem investidos diretamente tanto pelo Governo Federal, quanto pelos governos estaduais e municipais foi distribuído.

Além das diferenças normais entre os valores contratados e os liberados, registre-se a dificuldade de se dispor de dados finais, que à época da realização deste estudo e levantamento ainda não eram disponíveis nem estavam finalizados. Praticamente para estádios, logo para uma função-esporte típica, que positivamente há de ser registrada na função esporte, foram liberados até 1 de agosto de 2014 R\$ 8,969 bilhões de reais.

Há vários *approaches*, ou *proxie's*, para se chegar ao valor que efetivamente empenharam em esporte de Copa os municípios das 12 cidades-sede.

Não se pretende esgotar o assunto neste assunto. Nem tampouco se entende que deva haver uma resposta única a um assunto tão complexo, uma vez que nem a definição do que seja gasto corrente e investimento em esporte está firmada, assentada, quanto mais, oficialmente.

9 - As cidades sede e o valor dos financiamentos.

Portanto, R\$ 8,969 bilhões são a base fundamental, o alicerce mesmo, dos gastos típicos em esporte para e durante a Copa FIFA 2014.

Outras verbas, do total liberado de R\$ 18,4 bilhões, podem ou não ser destinadas a funções típicas de governo (vide os dados do CGU supra).

Quadro 5 – Cidades-sede e valor dos financiamentos

Cidade-sede	Valor (em R\$)	
	Contratado	Liberado
Valor total	10.487.556.739	8.969.450.140
Belo Horizonte	1.345.250.000	1.258.858.300
Brasília	98.000.000	47.443.218
Cuiabá	847.652.860	770.508.757
Curitiba	436.168.000	356.306.836
Fortaleza	824.034.387	508.250.159
Manaus	400.000.000	400.000.000
Natal	749.543.887	612.957.143
Porto Alegre	298.000.000	292.934.705
Recife	1.981.291.218	1.715.534.066
Rio de Janeiro	2.416.758.900	1.939.740.498
Salvador	658.357.487	656.805.171
São Paulo	432.500.000	410.111.287
Nacional	0	0
Internacional	0	0

Fonte: Portal da Transparência

10 - Financiamentos realizados por Instituição

Confira abaixo informações agrupadas por instituição financeira, com os valores dos financiamentos que o Governo Federal colocou à disposição das cidades para a realização de projetos e ações de melhorias, bem como os recursos a serem investidos diretamente tanto pelo Governo Federal, quanto pelos governos Estadual e Municipal.

Quadro 6 - Valor financeiro de financiamentos, repasses e créditos realizados por bancos federais.

Instituição Financeira	Valor (em R\$)	
	Contratado	Liberado
Valor total	10.487.556.739	8.969.450.140
Caixa Econômica Federal	3.594.350.000	2.824.906.485
BNDES	5.695.632.910	5.199.970.466
BNB	1.014.173.829	761.173.188
Banco do Brasil AS	91.700.000	91.700.000
Banco BANRISUL	91.700.000	91.700.000

Como financiador dos estádios, destacam-se o BNDES, com à época liberação de R\$ 5,2 bilhões e a Caixa Econômica Federal, com R\$ 2,8 bilhões liberados.

Juntos, os dois bancos federais liberaram R\$ 8 bilhões para financiar estádios e infraestrutura urbana.

11 - Principais Conclusões sobre o assunto

É necessário diferenciar entre legado efetivo de longo prazo para uma cidade ou um município e investimento com gastos correntes para a promoção de megaeventos.

As 12 cidades sede receberam recursos excepcionais, que capitalizaram e alavancaram o futebol como esporte, rendendo arenas e estádios de altíssima qualidade, para o desfrute presente e futuro dos cidadãos.

Independente do resultado alcançado pela seleção brasileira na Copa FIFA 2014, medíocre e insípido, não se pode associar um resultado esportivo isolado ao conjunto de resultados urbanísticos, infra estruturais, econômicos, turísticos, educacionais do esporte e outros, promovidos pelos aportes de capitais às 12 cidades – sede.

Os resultados em transportes, educação, urbanização e outras áreas podem ter sido bons e mudaram em parte a feição das cidades. Este é ainda um fato a avaliar melhor, sobretudo pelos seus efeitos de longo prazo.

Os resultados como torneio deixarão os brasileiros com a evidente sensação de que após tantos anos de apoteótica propaganda sobre os ganhos de se fazer a Copa FIFA no Brasil, o 7 X 1 contra a Alemanha foi bem pior que o ocorrido na Copa de 1950, quando o Brasil perdeu do Uruguai por 2 a 1. O luxo do estádio terá durado pouco, uma vez que a manutenção terá sido abandonada, criando-se um gasto de luxo por curto prazo a ser financiado pelos contribuintes a longo prazo.

Contudo, para promover o megaevento, foram implantados projetos como de transporte, de segurança pública, de iluminação, de turismo, de hotelaria e outros, que são usados por curto, médio e longo prazo na cidade para o futebol e seus torcedores, gerando muito mais efeitos não esportivos nos anos seguintes, tais como segurança pública e mobilidade urbana.

A forma infeliz de sobre faturar estádios leva à certeza de haver azar moral. Isso acarreta mais cedo ou mais tarde a condenação dos políticos atuantes nos poderes executivo e legislativo à época dos eventos, implicados potencialmente em desmandos financeiros, assim como de seus aliados, fornecedores e pessoal.

Não se pode nem deve confundir esses dois efeitos. É relevante separar aquilo que condiz com gasto de custeio e investimento em esporte puramente, daquilo que representa um legado permanente e de uso variado, fixo, imobilizado, urbano, cidadão, diferente de e para esporte.

Os dados e quadros anteriores mostram que o valor verdadeiro dos empenhos em esporte foram menores que aqueles que se divulgaram, de forma que isto causou – e com justa razão – uma certa reação popular e de cunho jurídico / judiciário.

Bibliografia

5º Balanço de ações do Governo Brasileiro para a Copa 2014; Cidades – sede; Ministério do Esporte; setembro de 2013.

5º Balanço de ações para a Copa 2014 – 1º ciclo; Cidades – sede: Brasília; Ministério do Esporte; setembro de 2013.

5º Balanço de ações para a Copa 2014 – 1º ciclo; Cidades – sede: Belo Horizonte; Ministério do Esporte; setembro de 2013.

5º Balanço de ações para a Copa 2014 – 1º ciclo; Cidades – sede: São Paulo; Ministério do Esporte; setembro de 2013.

5º Balanço de ações para a Copa 2014 – 1º ciclo; Cidades – sede: Cuiabá; Ministério do Esporte; setembro de 2013.

5º Balanço de ações para a Copa 2014 – 1º ciclo; Cidades – sede: Manaus; Ministério do Esporte; setembro de 2013.

5º Balanço de ações para a Copa 2014 – 1º ciclo; Cidades – sede: Fortaleza; Ministério do Esporte; setembro de 2013.

5º Balanço de ações para a Copa 2014 – 1º ciclo; Cidades – sede: Natal; Ministério do Esporte; setembro de 2013.

5º Balanço de ações para a Copa 2014 – 1º ciclo; Cidades – sede: Recife; Ministério do Esporte; setembro de 2013.

5º Balanço de ações para a Copa 2014 – 1º ciclo; Cidades – sede: Porto Alegre; Ministério do Esporte; setembro de 2013.

Andrade, A.; Considerações sobre a aplicação da Lei da Responsabilidade Fiscal; Câmara de desenvolvimento Profissional; CRC – SP; 2001.

Atletas pelo Brasil; I Relatório Cidades do esporte; Novembro de 2014; 1ª edição.

Banco de dados da Secretaria do Tesouro nacional do Ministério da Fazenda – STN / MF; Orçamento de Estados e municípios; anos de 2010 a 2013.

Brasil Portal do Governo Brasileiro; Rio de Janeiro é sede dos Jogos Pan-Americanos, linha do tempo; 2007; Brasília.

Brasil Sustentável – Impactos Socioeconômicos da Copa do Mundo 2014; Ernst Young; 2012.

CBF – Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014; [HTTP://pt.fifa.com/worldcup/index](http://pt.fifa.com/worldcup/index)

Copa das Confederações 2014; Investimentos para a Copa de 2014 chega a 28 bilhões; 18 de junho de 2013; Portal da Transparência.

Copa do Mundo 2014: algumas considerações sobre a realização do evento no Brasil; Nota Técnica; DIEESE – Depto Intersindical de estatística e de estudos Socioeconômicos; n. 110, maio de 2012.

Copa do Mundo de Futebol; Impactos e oportunidades sobre os serviços especializados e o trabalho temporário; Pesquisa Pontual; Realização SINDIPRESTEM; Apoio ASSERTTEM.

Estádios – Os 12; Portal da Copa; Portal da Transparência; Controladoria Geral da União; Confederações; 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e estatística; [HTTP://www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada; [HTTP://ipea.gov.br](http://ipea.gov.br)

Lei Complementar n. 131; 27 de Maio de 2009; acrescenta dispositivos à Lei Complementar n. 101; 4 de maio de 2000

Portal da Transparência; relatório de atividades da Copa de 2014; Relatório de 12/2012; Brasília; 2012.

Portal da Copa; Matriz de Responsabilidade Consolidada; Relatório de 4 de 2013; Brasília; 2013

Da Costa, Lamartine; Atlas do Esporte no Brasil; Rio de Janeiro; CONFEF; 2006.

Miranda, S.; Vale a pena o Brasil sediar a Copa de 2014?; Revista Mundo estranho; São Paulo; 3 de 2011

Perguntas e Respostas: Copa do Mundo de 2014; Revista VEJA; Outubro de 2007.

Porque o Brasil foi escolhido para sediar a Copa do Mundo de 2014?; Revista VEJA.

SECOM; Copa de 2014 deve gerar 142,3 bilhões de reais; in: [HTTP://www.secom.gov.br/sobre-a-secom/acois-e-programas/comunicacao/publica/em-questao/edicoes-antiores/edicoes-antiores](http://www.secom.gov.br/sobre-a-secom/acois-e-programas/comunicacao/publica/em-questao/edicoes-antiores/edicoes-antiores).

Secretaria do Tesouro Nacional - STN mediante o seguinte link, que consta na nuvem do DIESPORTE, para acesso de 48 tabulações, oriundas de 12 cidades-sede, 4 anos por cidade: [HTTPS://mega.co.nz/#f!f9hqzra!rq2xrqzw0qz8tpmaz6teq](https://mega.co.nz/#f!f9hqzra!rq2xrqzw0qz8tpmaz6teq)

Termo Aditivo à Matriz de Responsabilidades; Brasília; 16 de Maio de 2012.

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina – Congresso; Copa do Mundo de 2014 e a Transparência dos Gastos Públicos nas cidades – sede; 2012

Observação importante

Este artigo foi concluído a 25 de abril de 2015, teve sua redação original realizada até junho de 2014. Haja vista a data, nem todas as estatísticas e dados de financiamento foram disponibilizados pelos ministérios, secretarias de esporte, membros do esporte como FIFA e outros, para dimensionar na completude os gastos no megaevento e em outros gastos correntes e de investimento.

O assunto foi debatido no DIESPORTE – Diagnóstico do Esporte no Brasil, importante trabalho realizado no Ministério do Esporte para analisar e diagnosticar a situação do esporte no país, visando-se a seguir propor e sugerir medidas e políticas públicas atinentes às práticas desportivas nacionais, nos âmbitos financeiro, legislativo, infra estrutural e demográfico. Não se solicitou nem previu este artigo em serviço algum, sendo ele uma doação do autor do mesmo, para avançar na definição do assunto.